

# Bresser e Ulysses são contra Constituinte votar conversão

9 OUT. 1987

due p. 13 JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Corre risco a tentativa do Executivo de elaborar um projeto para a conversão da dívida externa em investimento fixo, com respaldo da Assembléia Nacional Constituinte. A dez dias do início da segunda etapa



*Ulysses Guimarães*

do processo de renegociação da dívida brasileira, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ainda resiste em colocar a matéria em votação.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, compartilha com Ulysses Guimarães da tese sobre a improcedência do projeto da conversão ser votado pela Constituinte. Ontem, em um encontro com o deputado Ronaldo César, Bresser não escondeu sua posição contrária à

participação do Legislativo. Ronaldo César lembrou ao ministro que os credores externos poderiam exigir o respaldo do Congresso para transformar seus créditos em investimentos. Bresser, porém, foi enfático: "Olha Ronaldo, eu acho que passar isto pelo Congresso não vai dar certo", afirmou.

**Projetos** — "Apesar de existirem dois projetos sobre o tema, de autoria dos constituintes, Ulysses Guimarães (como Bresser) acredita que a matéria não é pertinente à Assembléia. O projeto mais antigo, de autoria do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), veta integralmente a conversão da dívida brasileira em investimentos.

Aprovado pela comissão de sistematização da Constituinte em 12 de junho, a tese virou projeto de decisão, cabível de apreciação pela plenária da assembleia, que o pode transformá-lo em lei constitucional. Esta perspectiva assustou o governo, que buscou junto ao presidente da

Constituinte uma solução negociada. Daí nasceu o apoio do PMDB e do Banco Central a um substitutivo ao projeto Paulo Ramos, elaborado pelo deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ).

O substitutivo de Ronaldo César cria um arcabouço para o projeto de lei sobre a matéria, a ser elaborado pelo Executivo, com detalhamento técnico a cargo do Banco Central. Por atender às preocupações da ala progressista do PMDB quanto às medidas de segurança contra os riscos de desnacionalização da economia brasileira, o projeto foi considerado pelo governo como viável para se obter o respaldo parlamentar. Ficou faltando, no entanto, a tese do voto na plenária da Constituinte.

O deputado Paulo Ramos não se incomoda com a perspectiva de seu projeto ser substituído pelo de Ronaldo César, mas quer a matéria sendo votada na Constituinte. Na sexta-feira ele teve uma reunião com Ulysses, sem resultado.